

PSICANÁLISE EM PESQUISAS: O MÉTODO INVESTIGATIVO E ALGUMAS AFIRMAÇÕES ESSENCIAIS A DUAS CRÍTICAS RECORRENTES

RITA DE CÁSSIA CARDOSO DA SILVA MENDES ; JOÃO LUIZ LEITÃO PARAVIDINI 

Rita de Cássia Cardoso da Silva Mendes¹

¹Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Mestre pelo Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Uberlândia/MG, Brasil.

João Luiz Leitão Paravidini²

²Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Professor Associado do Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Uberlândia/MG, Brasil

RESUMO: Compreende-se a Psicanálise enquanto método, técnica e um conjunto de teorias aplicadas no estudo dos processos inconscientes. Entretanto, não é raro constatarmos, em alguns contextos como na Academia, ou mesmo na comunidade analítica, o destaque atribuído à Psicanálise, ora como um tratamento psicanalítico, restringindo-a a uma prática terapêutica, ora identificado à sua teoria. Desse modo, objetiva-se nesse artigo enfatizar o potencial investigativo da Psicanálise através de seu método. Este, diferente do que alguns analistas acreditam, pode ser desenvolvido para além da clínica padrão, como temos acompanhado através das pesquisas acadêmicas.

Palavras-chave: Psicanálise; método de investigação; ciência.

Abstract: Psychoanalysis in research: the investigative method and some essential statements to two recurring criticisms. Psychoanalysis is understood as method, technique and a set of applied theories in the study of the unconscious processes. However, it is not uncommon to note, in some contexts such as the Academy, or even in the analytical community, the emphasis attributed to Psychoanalysis, sometimes as a psychoanalytic treatment, restricting it to a therapeutic practice, or as identified to its theory. In this article it is emphasized the investigative potential of Psychoanalysis through its method. This, unlike some analysts believe, can be developed beyond the standard clinical, as we have followed through academic research.

Keywords: Psychoanalysis; research method; science.

DOI - <http://dx.doi.org/10.1590/1809-44142020003003>

Todo o conteúdo deste periódico, exceto onde estiver identificado, está licenciado sob uma licença Creative Commons (cc by 4.0)

INTRODUÇÃO

A Psicanálise é, ao mesmo tempo, teoria, técnica e método de investigação, sua descrição já traria intrinsecamente uma maneira de produzir saber, seja na clínica, na Academia ou mesmo na polis. Assim, toda tentativa de formalização que revelasse as características próprias da Psicanálise seriam, automaticamente, descrições de seu método. (PINTO, 2001, p. 78).

O excerto acima tem sua origem na definição que Freud deu à Psicanálise em seu texto *Dois verbetes de enciclopédia* (1923[1922]):

1. Um procedimento para a investigação de processos mentais que são quase inacessíveis por qualquer outro modo; 2. Um método (baseado nessa investigação) para o tratamento de distúrbios neuróticos; e 3. Uma coleção de informações psicológicas obtidas ao longo destas linhas, e, que, gradualmente, se acumula numa nova disciplina científica. (FREUD, 1923 [1922]/1976, p.287).

Compreende-se, assim, a Psicanálise enquanto método, técnica e um conjunto de teorias aplicadas no estudo dos processos inconscientes. Faz-se importante ressaltar que esses três aspectos são interdependentes e indissociáveis (PARAVIDINI, 2016). Entretanto, não é raro constatar em alguns contextos, como na Academia ou até mesmo na comunidade analítica, o destaque atribuído à Psicanálise, exclusivamente ora como um tratamento psicanalítico, restringindo-a a uma prática terapêutica, ora identificado à sua teoria.

Contudo, tal restrição é negada pelo próprio Freud quando reconhece que não há distinção entre método investigativo e método de tratamento, ao dizer que: “*é bem verdade, que, um dos méritos do trabalho analítico é que nele pesquisa e tratamento coincidem*, mas a técnica que serve a um, de certo ponto de vista, acaba se opondo à outra” (FREUD, 1912/2017a p. 97, grifo nosso).

Retomamos o conceito de Psicanálise aqui, pois o objetivo principal desse artigo é enfatizar seu potencial investigativo através de seu método. Este, diferente do que alguns analistas acreditam, se diferencia e se faz desenvolver para além de uma clínica padrão, como podemos acompanhar através das pesquisas acadêmicas, mas sempre em radical sintonia com os fundamentos éticos da clínica psicanalítica em seu sentido lato.

Para isso, apresentaremos as especificidades do método e do objeto das investigações psicanalíticas na universidade, na tentativa de situá-las no limite de duas críticas. A primeira é a que rejeita a vocação científica da Psicanálise, sendo assim, o que a Psicanálise faz não é ciência. A segunda advém da própria resistência por parte de alguns analistas em não reconhecer o que ela faz para além da clínica como Psicanálise.

Primeira afirmação: a Psicanálise não é ciência

O modelo tradicional de produção de conhecimento é caracterizado pela dicotomia sujeito-objeto e pelo controle de variáveis. Resumindo: o método científico herdado da modernidade.

Nossa intenção, nesse primeiro momento, é circunscrever o campo científico, ou seja, das ciências da natureza que buscam explicar o fenômeno e não compreendê-lo, como se destinam as denominadas *ciências do espírito* (PARAVIDINI, 2016). Buscamos nos deter na relação paradoxal que se estabelece entre a Psicanálise e a ciência.

Anteriores à Revolução Científica e ao modelo positivista de fazer ciência, algumas linhas filosóficas serviram de contexto para o surgimento de um modelo científico de produção de conhecimento. Dentre elas, destacam-se: 1 – o pensamento platônico acerca do “mundo sensível” ao questionar: “O que é verdade e como reconhecê-la? Qual a natureza da razão, e de onde vem essa faculdade de deduzir uma verdade a partir da outra?” (SILVA, 2016, p. 125); 2 – as ideias de Aristóteles ao buscar demonstrar as causas das coisas a partir da definição e demonstração. “Para Aristóteles, a ciência é fundamentada no conhecimento da experimentação do mundo sensível de forma empírica” (SILVA, 2016, p. 125). Temos aqui os primórdios do método indutivo; 3 – a religião judaico-cristã, no século V, ao suscitar os dogmas católicos referentes à racionalização da fé, possibilitou que a cultura espiritual alcançasse um caráter filosófico. Surgiu, nesse período, a Escolástica, escola da filosofia cristã.

Esse contexto – marcado pela transição de paradigmas e pela necessidade de um método eficaz para a ciência legitimar suas descobertas, datadas entre os séculos XVI e XVIII – alcançou seu apogeu com a Revolução Científica, nascedouro da ciência moderna. Nessa revolução se destacaram dois grandes pensadores, Francis Bacon e Descartes, no século XVI.

Bacon inaugurou o caminho de investigação da natureza através da experimentação. Delimitou os passos científicos da observação organizada, experimentação e desenvolvimento das teorias, formalizando assim a lógica indutiva de produção de conhecimento (SILVA, 2016).

Conhecido como método indutivo, estes novos parâmetros propostos por Bacon eram baseados em observações e experiências que possibilitassem a elaboração gradativa de fundamentos globais concernentes ao funcionamento da natureza, direcionando-se de fenômenos particulares para as leis gerais. O indutivismo infere necessariamente o uso da observação e experimentação para que conclusões acerca do objeto sejam produzidas e testadas. Pois, somente por meio da manipulação das particularidades do fenômeno é que se pode formular teorias sobre seu funcionamento. (SILVA, 2016, p. 126).

Já Descartes, desejoso de criar um método que substituísse definitivamente o método aristotélico, instaurou a dúvida como método para validade da razão e adotou como princípio filosófico primordial a certeza do “Penso, logo existo”, sentença que norteou toda a construção de sua filosofia. A partir daí surgiu, como lei fundamental, a premissa de que apenas as criações do homem, de modo claro, eram verdadeiras. Era importante para Descartes encontrar “um ponto certo, seguro e indubitável que defina essa nova ordem (*mathesis universalis*) de saber, e que será a forma moderna do conhecimento”. (DUNKER, 2011a, p. 286). A lógica cartesiana se fundamentava nos princípios do modelo matemático e consistia na desconstrução de qualquer problema aos menores níveis possíveis.

Seguiu-se, à dúvida cartesiana, no século XVII, o empirismo proposto por John Locke. Essa vertente propagava a produção de conhecimento e descoberta do mundo a partir da experiência, pela tentativa e pelo erro. O empirismo racionalista de Locke estabelecia que o conhecimento resultava da correlação entre razão e sensibilidade.

Encerrando as correntes filosóficas anteriores ao positivismo, temos o materialismo dialético. Sua visão do mundo influenciado pela ciência reconhecia,

[...] a matéria como a essência do mundo, logo a realidade objetiva e suas leis seriam passíveis de serem conhecidas. O materialismo dialético levantou como critério de verdade a prática social que é o ponto primordial para reconhecer se um conhecimento é ou não verdadeiro. No entanto, ao se embasar em conhecimento científico, terão como critério de verdade as evidências que podem ser antecipadamente testadas e aceitas como verdadeiras ou falsas. (SILVA, 2016, p. 128).

Todavia, a concepção filosófica que mais influenciou a ciência moderna foi o positivismo, nascido no século XX. Isso só foi possível devido à sua “tendência em eliminar o subjetivismo e qualquer forma relativa e metafísica de explicar o mundo, utilizando como forma de validação e critério da verdade a busca no real, por meio de teste e experimentações” (SILVA, 2016, p. 128).

O positivismo lógico une vários métodos da lógica à postura empirista, equilibrando-o em um tripé composto de vários trabalhos de matemáticos e lógicos do século XX, o empirismo clássico de Hume, transmitido por Russel e as ciências físicas clássicas. Neste sentido, os positivistas lógicos defendem o tradicional método hipotético dedutivo e a verificação por meio de testes como o melhor critério para determinar se uma teoria é válida ou não. (SILVA, 2016, p. 128).

Neste breve histórico, temos a descrição de método científico de pesquisa como “um caminho para”, cuja chegada final é a produção de um conhecimento que alcance uma validade o mais universal possível. É uma visão que apreende metodologia como um roteiro, que, quando seguido por qualquer um, possibilita a obtenção dos mesmos resultados ou de sua forma aproximada. São esses dados, iguais ou semelhantes, que dão valor científico à pesquisa.

Porém, a segunda metade do século XX foi marcada por uma virada, quando essa visão da ciência inquestionável e quase religiosa passou a ser contestada. Essa ruptura abriu espaço para uma nova forma de fazer ciência, de tal modo que a estabilidade e o determinismo do positivismo puderam ser confrontados com a entropia e as flutuações; a reversibilidade com a irreversibilidade; a linearidade com a complexidade; a ordem com a desordem e o caos; a simples causalidade com a multicausalidade (SILVA, 2016). Foi nesse contexto que Kuhn (1962/2013) desenvolveu a teoria dos paradigmas.

A teoria de Kuhn, ainda que não aceite o método de investigação psicanalítico, apresentou artifícios que subsidiaram a *démarche* particular da Psicanálise produzir conhecimento. Como definido por Beer, nessa teoria podemos encontrar “a contingencialidade científica” (BEER, 2017).

As investigações de Kuhn (1962/2013) possibilitaram a verificação de que, diferentemente do que se acreditava, a ciência não funciona “sempre como um processo cumulativo, no qual novas descobertas surgiram como resultantes lógicas das anteriores e se somariam ao conhecimento já produzido” (BEER, 2017, p. 105). Ainda que isso aconteça, as novas descobertas resultam de uma revolução na qual “um paradigma mais antigo é total ou parcialmente substituído por um novo, incompatível com o anterior” (KUHN, 1962/2013 *apud* BEER, 2017, p. 105).

Para Kuhn, o que torna científico certo conhecimento é a capacidade que essa teoria ou conhecimento apresenta para “formular e resolver problemas de um determinado campo de fenômenos, com uma eficiência e previsibilidade que não dependam da personalidade e/ou caráter do pesquisador” (FULGÊNCIO, 2013, p. 37). Diferente de Popper, a verificação da hipótese ou teoria não se pauta em dizer se ela é verdadeira ou falsa, ou seja, Kuhn não se limita a fazer com que a hipótese corresponda ou não aos fatos observados. Para ele, importa ao cientista encontrar a solução para um problema, cabendo àquele encontrar hipóteses eficazes e não propriamente verdadeiras (FULGÊNCIO, 2013, p. 37).

Podemos compreender o quanto a visão de Kuhn revoluciona a visão positivista de fazer ciência, a partir de sua concepção da realidade do cientista e ao reconhecê-la de maneira particular e não universal, ou seja, “o que cada cientista ou ciência (paradigma) apreende e toma como seu campo fenomênico é uma formulação construída a partir dos elementos conceituais deste paradigma, ou seja, cada paradigma constitui a sua realidade” (FULGÊNCIO, 2013, p. 38, grifo do autor). Paradigma compreende o conjunto de características que tornam possíveis não só a constituição dos quebra-cabeças, mas também a identificação dos elementos que os constitui e quais os caminhos possíveis para solução de seus problemas. Aqui, já temos os indícios de como essa teoria auxilia nossa investigação acerca da produção do conhecimento em Psicanálise, mas ainda há mais contribuições.

À produção do conhecimento dentro das possibilidades de um paradigma, Kuhn chama de “ciência normal”, ou seja, o trabalho que é realizado a partir de peças já conhecidas ou previstas. Porém, em certas ocasiões, a ciência normal se depara com problemas insolúveis para ela, ou com fatos que não são assimilados no paradigma atual, surgindo então as anomalias. As anomalias geram abalos no paradigma da ciência normal. A fim de saná-las, faz-se uma varredura na área com anomalia, na expectativa de que se encontre uma maneira de fazer com que ela se converta em algo esperado.

Instaura-se um problema quando essas anomalias não são assimiladas pelo paradigma atual, devido ao fato das mesmas trazerem consigo fundamentos de um novo e mais eficiente paradigma, forçando a substituição do antigo. O impasse se instala quando não há uma maneira de se explicar o fato. Isso enfraquece o paradigma atual e a crise é declarada. A crise só poderá ser controlada pelo trabalho concorrente de diversas teorias, de modo que a mais eficiente determine o novo paradigma. Podemos compreender esses fatos quando paradigmas múltiplos, ao procurarem dar conta de um campo da ciência, criam novos problemas e soluções de referências, de modo que seus participantes enxerguem um novo conjunto de fenômenos. Essa foi a maneira desenvolvida por Kuhn para explicar como ocorre a produção de conhecimento científico, ou seja, através de anomalias, crises e substituições de paradigmas, em uma palavra: por *revoluções*. “É nesse sentido que a passagem de um paradigma para outro, no campo de uma mesma disciplina científica, implica em restrições de seus elementos constituintes, redescrições da realidade fenomênica, da maneira como os problemas são enunciados e resolvidos” (FULGÊNCIO, 2013, p. 41).

A forma de pensar a produção de conhecimento desenvolvida por Kuhn trouxe consequências significativas. A primeira decorre da defesa de que os modos de conhecer são definidos por paradigmas substituíveis. Assim, um grau de independência do conhecimento em relação à realidade é alcançado e este passa a ser produzido a partir de parâmetros selecionados de forma contingente, o que faz ruir a noção de unicidade metodológica de ciência. Outra implicação foi a verificação de limite de comunicabilidade entre teorias, o que gera impossibilidade de continuidade entre as mesmas, pois existe um ponto que as distingue radicalmente. Se tal distinção não existisse não haveria a necessidade de se criar um novo paradigma para solucionar e explicar a anomalia. À incompatibilidade que leva à falta de continuidade de teorias, ainda que da mesma área, devido a mudanças de paradigmas, o autor chama de incomensurabilidade (BEER, 2017).

A estrutura de ciência desenvolvida por Kuhn possibilita pensarmos a Psicanálise como tendo um ou vários paradigmas, ainda que isso não resolva sua questão de ser validada enquanto uma ciência. Por ora, a partir da concepção de paradigma de Thomas Kuhn, apoiamo-nos na possibilidade da Psicanálise constituir um paradigma, uma vez que seus elementos estruturais podem ser utilizados como uma maneira, ainda que inicial, para organizar uma discussão sobre as continuidades e rupturas nos desenvolvimentos teóricos e clínicos da Psicanálise (FULGÊNCIO, 2013, p. 43), sendo esse o modo como ela adentra na porta aberta para o desenvolvimento de suas pesquisas:

Tomando-a como uma ciência, uma prática de resolução de problemas empíricos, que diz como um problema pode ser formulado e resolvido, que tem problemas *exemplares* que servem como padrões empíricos para a prática e o pensamento clínico, que tem uma *teoria geral guia*, um *modelo de homem* (metafísico e ontológico), com *modelos heurísticos e valores* (teóricos e práticos) que orientam e dirigem suas pesquisas, sejam as dedicadas à teoria seja as dedicadas à aplicabilidade destas no campo empírico (FULGÊNCIO, 2013,

p. 42, grifos do autor)¹.

Seguindo esse raciocínio, referente ao que é ou não ciência, consideramos oportuno apresentar as concepções de Dunker (2017)² sobre o discurso da ciência e sua relação com a Psicanálise apresentadas em uma mini série na qual ele discutiu a temática.

Em sua exposição, Dunker apresenta uma maneira de se pensar a ciência fundamentada na ideia de que, na ciência, os acontecimentos de conhecimento não se dão no vácuo mas são precedidos de outros acontecimentos, por outras teorias, por outros conceitos. Assim, o que forma o saber como científico é o fato de que ele vai se transformando, ou seja, o saber é capaz de incorporar ou de criticar questões anteriormente insignificantes, posto que ela rejeita e inicia uma nova forma de se conhecer, na qual a história se torna indissociável da ciência. A partir disso, para determinarmos se um saber é científico ou não, é preciso recortar um tipo de conhecimento, analisar suas qualidades de método, fazer a crítica de seus próprios postulados e considerar a sua historicidade. Somente então seria possível diferir entre se o conhecimento participava da ideologia, ou se estava mais próximo da ciência.

Dunker (2017) afirma que, no século XX, ocorreu uma nova reformulação da ciência, em que se considera o fato de que a mesma se dá em instituições, ou seja, a ciência é um fato humano. Como tal, ela é produzida em determinados lugares, como, por exemplo, centros de pesquisa, universidades, em pós-graduações, revistas científicas; enfim, todo um aparato institucional. As instituições, por sua vez, produzem uma comunidade de pessoas que trabalham com ciência denominada *comunidade científica*. O reconhecimento que os cientistas reputam a um determinado saber, segundo as regras dessa mesma comunidade, será o que irá definir o que é ou não ciência.

Dunker finaliza sua demonstração tentando aplicar esses critérios à Psicanálise, para então dizer que ela pode ser ou não ser considerada uma ciência. Para fundamentar tal afirmação, aparentemente ambígua, ele retoma as três divisões do conceito freudiano de Psicanálise. 1 – é um *método de tratamento*. Por ser um meio de tratar pacientes, ao proceder desse modo é inapropriado fazer ciência. Aliás, nenhum médico, ao atender seu paciente, faz ciência; ele pode aplicar teoria, mas o momento do atendimento não é o momento de produzir conhecimentos. Sendo assim, poderíamos dizer que, nesse sentido, a Psicanálise não é ciência. 2 – a Psicanálise é um *método de investigação*, método de pensar e organizar problemas, que permite entender e abordar o nosso fazer. Podemos, nesse sentido, concluir que ela não se baseia apenas em opiniões e passaria no primeiro crivo, se estabelecendo como uma episteme. Passaria, também, pelo crivo da experimentação, capaz da repetição e reprodução, porque se define num método. Mas esbarramos na questão do objeto da Psicanálise e no argumento de que ele possa ser ou não cognoscível. 3 – a Psicanálise é uma *teoria* e, como tal, tenta dar unidade, tenta dar forma para o que se obtém por esses dois métodos indissociáveis. No texto *Pulsões e seus instintos* (1915), Freud estabelece algumas propriedades para esse teorizar psicanalítico. Uma propriedade muito interessante é quando ele afirma e reforça a ideia de que a teoria psicanalítica deve se transformar na medida em que os achados clínicos, ou seja, os efeitos da prática do método, possam criticar os conceitos que ela mesma produziu. Freud fez uma analogia entre tratamento psicanalítico e a investigação científica uma vez que: “ambas consistem na prática de um método que envolve a produção de um saber, ambas presumem a natureza real de um objeto, ambas envolvem considerações prática e teórica sobre o sujeito deste saber” (DUNKER, 2011b, p. 320). No que diz respeito a uma relação da Psicanálise com uma visão de mundo, Freud afirmava a impossibilidade de criar uma visão que lhe fosse própria, e diz mais: “ela não necessita de uma, é parte da ciência e pode se filiar à visão de mundo científica” (FREUD, 2010, p. 354), sem necessariamente reivindicar ser totalmente coesa e constituir um sistema. Podemos aprender que:

A Psicanálise veio, assim, esclarecer o discurso da ciência, ao demonstrar o que do objeto do conhecimento funciona pela eliminação do sujeito. Como o fim da ciência é exatamente o de objetivar, deixar o sujeito reduzido a objeto de um saber pré-estabelecido, seu discurso tornou-se o exemplo de uma razão que justifica a dominação e o controle da vida, como podemos observar nos avanços da biotecnologia na contemporaneidade. A Psicanálise, por sua vez, apoia-se nesse discurso – já que é condicionada internamente pela ciência – mas procura introduzir nele o sujeito que foi ejetado para dar consistência ao saber. Ela mantém com a ciência uma relação intrínseca, mas sustenta propósitos éticos diferentes. (PARAVIDINI, 2016, p. 60).

¹ Segundo Kuhn, para que uma comunidade reconheça determinado paradigma, ele precisa passar pelo crivo de quatro critérios. São eles: “Problemas *exemplares*; *Generalizações simbólicas*; *Modelos metafísicos e Valores*” (FULGÊNCIO, 2013, grifos do autor).

² Fala de Christian Dunker (2017) na mini série *Psicanálise é Ciência? Definindo os conceitos*, exibida no canal do Youtube *Falando nisso*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CoP4rUheVyU&t=8s>. Publicado em: 5 jul. 2017.

Através da análise de seu conceito, podemos inferir que a Psicanálise apresenta, em seu método (tratamento e investigação) e teoria, os fundamentos que combateriam as críticas em relação à sua cientificidade. Todavia, como percebemos, a discussão é ampla e complexa, envolvendo diversos saberes. Desse modo, responder se a Psicanálise é, ou não, ciência depende de qual critério usamos, em quais campos de saberes nos fundamentamos. O que é inegável é que a Psicanálise está presente no meio sócio-cultural em que se faz ciência, tal como as universidades, em quase todos os países do mundo. Temos pesquisadores/psicanalistas que publicam e estão ligados a inúmeros centros de pós-graduação.

Nossa intenção com esse contraponto foi ampliar o debate, destacando a complexidade que atravessa essa relação mas, principalmente, abrir o caminho para a apreensão de que a Psicanálise tem uma forma fundamentalmente particular de investigar (clínica e pesquisa) e produzir conhecimentos.

Segunda afirmação: o que se faz na universidade não é Psicanálise

A entrada da Psicanálise na universidade marcou o campo das ciências humanas e trouxe inúmeras questões epistemológicas e metodológicas para o seu interior. Isso se deu pelo fato da produção de saber, oriunda do aporte psicanalítico na universidade, apresentar suas particularidades. Fez-se imprescindível esclarecer o que caracteriza a Psicanálise enquanto teoria e método no campo acadêmico. A tentativa era de delimitar quais princípios regem a lógica de investigação psicanalítica e quais orientam sua produção científica.

Todavia, ao descrever suas modalidades metodológicas, chegaremos à compreensão de que o analista-pesquisador se orienta “pela clínica e pela experiência do inconsciente, não se deixa apreender completamente pela racionalidade, fundando um método que lhe é próprio” (GUERRA, 2010, p. 132).

Por isso, podemos concluir, a princípio, que não há distinção metodológica entre o método que se aplica na clínica e na pesquisa. Na verdade, nos tornamos até redundantes, já que Freud, em seu texto *Recomendações ao médico para o tratamento psicanalítico* (1912), afirmou que: “É bem verdade que um dos méritos do trabalho analítico é que, nele, pesquisa e tratamento coincidem» (FREUD, 1912/2017a p. 97).

Mas nem todos os autores psicanalíticos atuais têm essa convicção. Herrmann, em sua experiência, percebeu que:

Alguns rejeitam a investigação em Psicanálise, invocando o princípio de que nosso conhecimento deve limitar-se ao que procede do tratamento de consultório, tendo como única fonte imparcial instituições do analista e, por conseguinte, negando qualquer possível contato com as demais formas de saber sobre o homem. Contra essa tendência, outros autores propõem uma pesquisa empírica, de corte estatístico positivista, que, no intuito de demonstrar nossa eficácia terapêutica, busca instrumentos exteriores à Psicanálise, *lá fora nas ciências*. (HERRMANN, 2000, p. 10, grifos do autor).

O que Herrmann (2000) traz à tona é a visão crítica de que, para alguns, a pesquisa psicanalítica propriamente dita, em seu sentido extenso, corre o risco de não se efetivar devido, por um lado, à reivindicação excessiva de autonomia da clínica privada e padrão, e, por outro lado, à submissão dócil ao modelo de ciência patrocinado pela maioria das agências de fomento à pesquisa. Temos então um cabo de guerra cuja vitória para qualquer lado inviabilizaria a investigação psicanalítica e declararia que o que se faz fora do consultório não é Psicanálise.

O que conta é a aplicação com propriedade do método de ruptura de campo, tal como Minerbo (2000) aplicou para investigar um caso de compulsão em comprar roupas de marcas de *grife* e reconhecido por Herrmann como um legítimo trabalho da Teoria dos Campos:

Não, decerto, porque a apresenta ao final, porquanto ela não figura no livro como o ápice do conhecimento, mas como o ápice da desconstrução do conhecimento [...] Esse sistema crítico surgiu, dentro da Psicanálise, para desafiar os arbitrários limites que lhe foram impostos, depois de Freud, por um míope compromisso com o consultório, procurando contribuir assim para o progresso rumo ao horizonte inerente à sua vocação da ciência da psique. (HERRMANN, 2000, p. 12).

Apresentamos, a seguir, o que é o método por ruptura de campo, a partir da descrição do que faz um analista, apresentada no capítulo *O Método da Psicanálise*, do livro de Fabio Herrmann *O que é Psicanálise: para principiantes ou não...* (2015).

Herrmann inicia informando ao leitor que, ao aplicar o método, o analista faz algo aparentemente simples, ou seja, ele escuta o que o paciente fala, mas não somente o que o paciente quer dizer, pois ao falarmos também dizemos o que não suspeitamos. Temos aqui uma primeira particularidade desse ouvir.

De forma mais direta:

Seus meios são os da fala, na medida em que ela confere um sentido às funções do indivíduo; seu campo é o do discurso concreto, como campo da realidade transindividual do sujeito; suas operações são as da história, no que ela constitui a emergência da verdade no real. (LACAN, 1953, p. 259).

Eis o que o trabalho analítico almeja. Todavia, o paciente não tem ciência disso. Por isso, que, ao receber o comunicado do sentido geral, este demonstra surpresa e, talvez, afirme para o analista nunca ter pensado nisto, ou que não foi isso o que quis dizer. Por sua vez, o analista precisa lembrar que, de certa forma, o paciente está certo e isso só foi possível porque sua escuta se deu fora da rotina e porque usou os elementos que compõem a técnica psicanalítica. São eles: a *atenção flutuante*, que lhe permite violar todas as regras da boa educação cotidiana; a *interpretação psicanalítica*, que é “o processo de decifração de sentidos fora da rotina e as intervenções nele baseadas, que ajudam o paciente a romper os limites dos assuntos que pensava poder tratar em separado” (HERRMANN, 2015, p. 26); e, por fim, o “*campo*” ou “*campo de comunicação*”, em outras palavras, aquilo que dá sentido ao que se diz e que o limita. Para Herrmann (2015), quando o analista interpreta, ele quebra os limites de redução consensual dos sentidos e produz uma “ruptura de campo”. Para esse autor, essa ruptura consiste no processo fundamental do método psicanalítico, tanto no que diz respeito à produção de conhecimento, como no que se diz respeito à cura para a Psicanálise.

Pois bem, prossigamos. Quando o analista comunica ao paciente o sentido geral que ele não reconhecia em suas próprias palavras, isso pode causar no paciente um estranhamento, levando-o, em alguns momentos, a achar que o analista não o compreendeu. Ao mesmo tempo, terá a sensação de que aquilo tem tudo a ver com ele. Esse reconhecimento só lhe foi possível porque analista e paciente se encontravam no campo transferencial, campo este que possibilitou ao analista selecionar o sentido geral que define a relação estabelecida pela dupla. Esse campo favorece que, dos sentidos vários contidos nas palavras ditas, o analista selecione especificamente aqueles que definem a relação que ambos mantêm no momento. Percebemos assim que:

[...] Interpretar é como partejar –*espera-se que nasça um bebê e não que nasça um fórceps, que do paciente surja um sentido, não que resulte o instrumento teórico do analista*. Esta é a ideia básica da noção de *ruptura de campo*, (HERRMANN, 2006, p. 61, grifos nossos).

Eis o método psicanalítico em ação. Interpretar implica no analista tomar em consideração o valor metafórico do discurso de seu paciente, induzindo uma quebra dos pressupostos que limitavam seu sentido porque esses se encontravam em um campo bem delimitado. A revelação do que se encontrava no campo gera no paciente um momentâneo estado de confusão, denominado, pela Teoria dos Campos, de *vórtice*. É que, nesse momento, ressurgem as representações que haviam sido suprimidas da consciência por trazerem conflito às regras daquele campo. São as representações agora explicitadas que possibilitam deduzir, com alguma precisão, qual a regra que as mantinham recalçadas, ou seja, agora tomamos conhecimento, ainda que seja de maneira razoável, da regra que organizava o campo rompido.

Ao romper com a rotina, o analista abre espaço para que o desejo possa surgir, ainda que de forma indireta, pois, por ser inconsciente, não há de mostrar-se diretamente. Isso se deve ao tipo de escuta usada durante o trabalho analítico e pela transferência, campo que favorece a apreensão do paciente em relação a seu analista.

Pode-se assim dizer que o método psicanalítico opera por *ruptura de campo*:

[...] É um método muito especial, como se vê, pois cria a situação onde os fenômenos que estuda se podem dar e cria, até certo ponto, os próprios fenômenos estudados. Isso não significa que tudo seja artificial ou falso. Pelo contrário. A situação analítica é o método em ação, é a forma mesma pela qual funciona a psique humana, só que ao revés, invertida. Nosso psiquismo cria e procura manter seus campos, a situação analítica sistematicamente os desmancha; no mais, psiquismo e método psicanalítico são absolutamente iguais, imagens especulares. (HERRMANN, 2001, p. 61).

Ainda que essa identificação do psiquismo com o método esteja em conformidade especular, consideramos que essa assertiva nos coloca diante do estatuto genético isomórfico dos termos em questão. Vemos, assim, que, em grande parte, o que a Psicanálise estuda resulta da prática clínica, do método posto em operação: “É uma forma de conhecimento *sui generis* que cria aquilo que estuda, sem que deixem de ser corretas suas descobertas” (HERRMANN, 2001, p. 61). Assim, se o psiquismo cria e tenta manter seus campos, o método aplicado na investigação, para além da clínica padrão, cumpre esse mesmo princípio, pois a interpretação sempre afetará o objeto de estudo, trazendo-lhe novos significados e desmontando a rede inconsciente que antes lhe oferecia sentido único. Para Herrmann (2000), isso só é possível porque a ruptura de campo favorece movimento aos sistemas que determinam sentido teórico às teorias. Estas, à semelhança do senso comum,

podem ter a função sintomática da repressão do desejo. Ao aplicar o método, o investigador abre o caminho para que o desejo possa surgir. Eis o diferencial da investigação psicanalítica.

A Psicanálise, o real e o campo científico

Exposto o método, consideramos importante, também, detalharmos o objeto de estudo da Psicanálise. Para isso, nos fundamentamos nas ideias de Herrmann (2006) e de Pinto (2009).

Herrmann diz que o objeto da Psicanálise é o Homem Psicanalítico. Homem, não no sentido literal que conhecemos, ou seja, indivíduo humano, mas “Homem” no sentido de qualquer recorte do mundo humano.

Como nosso ponto de partida é a clínica, o modelo central seria o paciente e seu analista. Todavia, não ficamos apenas com a clínica padrão. Podemos encontrar o Homem Psicanalítico nos fenômenos sociais, em uma obra literária ou em qualquer produção cultural passível de interpretação (HERRMANN, 2001). O Homem Psicanalítico surge na clínica psicanalítica através do método interpretativo e essa foi a forma criativa que Herrmann encontrou para se referir ao psiquismo humano, lugar de onde advêm os sentidos e significados que revelam a regra de um campo quando sob o efeito da interpretação:

O Homem Psicanalítico é o ser do método da Psicanálise, transferencial e descentrado internamente, dividido e múltiplo no íntimo de suas operações, este que aparece na sessão por efeito da ruptura de campo: o Homem Psicanalítico é um ser da estranheza. (HERRMANN, 2006, p. 62).

Além do aspecto mais amplo apresentado por Herrmann, Pinto (2009) nos clarifica ao afirmar que o objeto da Psicanálise é um objeto inconsciente e que não se deixa conhecer. Desvela-se na impossibilidade de harmonia entre sujeito e o objeto, na forma de um conhecimento universal, pois o objeto de que trata a Psicanálise é o inconsciente revelado no real da língua.

Em nosso caso, o alcance dos conceitos só se dá pela própria experiência com a linguagem, com sua precariedade em apreender o inconsciente. O inconsciente é uma linguagem que só pode ser verificada nos momentos em que o sujeito encontra a impossibilidade de acessá-la de modo integral. Os atos falhos, atualizações do inacabamento das construções realizadas, demonstram que a verdade se presentifica de modo contingente, como um flash que “surpreende” o sujeito. (PINTO, 2009, p. 12).

Dessa forma, Pinto (2009) nos ajuda na percepção de que a maneira que a Psicanálise aborda o real se constitui inédito no campo científico. O real aparece pelas bordas do que foi estabelecido como linguagem, com a qual se tenta se efetivar uma comunicação. A Psicanálise se contrapõe à forma científica de comunicar, que busca escrever o real através de letras e fórmulas, na tentativa de controlá-lo, manipulá-lo e prevê-lo, transformando-o em um saber universal e válido para todos os sujeitos. Esse saber universal, retirado do real, é possível quando se extrai do mesmo qualquer desejo. Na contramão desse caminho, a Psicanálise inclui o sujeito no discurso científico e vem desvelar que o real aparece como trauma, como um resto daquilo que se produz como linguagem. “Isto é, há um excesso de investimento que se mostra como fuga do sentido, como o que derrapa do que se escreve na constituição do aparelho psíquico. O real aparece, assim, como fuga do que se inscreve como saber” (MILLER, 2001 *apud* PINTO, 2009, p. 13).

Vemos, assim, que o método da Psicanálise não se sustenta em metalinguagem ou na utilização de fórmulas que definem e manipulam o real, mas almeja a subjetivação, a criação de modalidades alternativas e ímpares para lidar com a verdade. O sentido é apreendido de maneira única, sustentando a presença, ainda que evanescente, do sujeito. Temos então que a “verdade para a Psicanálise não é, então, a do aparato simbólico construído, mas exatamente a impossibilidade de o sujeito se representar nesse saber, seja na pesquisa clássica, seja na associação livre” (PINTO, 1999, p.35).

Por essa razão, faz-se mais comum que a escrita psicanalítica se assemelhe mais a uma narrativa literária do que habitualmente se encontra nas ciências tradicionais. Face às contingências do inconsciente, Freud encontra nas artes, na mitologia e na literatura as bases para fundamentar seu campo de estudo. O objeto da Psicanálise nos dirige para o reconhecimento dos direitos da ficção dentro da Psicanálise. Importa esclarecer que ficcional não tem nenhuma relação com o falso, “nem cientificamente menor”, mas que se encontra dentro da verdade peculiar da literatura, disciplina que melhor auxilia na compreensão do humano quando comparada à própria ciência regular.

A ficção, mesmo não comprovada sua validade, é uma hipótese que gera frutos-descobertas. Conhecida como “teoria implícita”, pois se opõe à teoria explícita perceptualista, foi ela que norteou Freud em seus históricos clínicos e análise da cultura. Assim:

Os historiais freudianos constituem grande ficção, saber literário, penetração na essência humana singular – e por esta via na humanidade que em cada qual de nós reside. *A ficção antropológica freudiana é ciência fantástica realizada em grande estilo.* Certos textos doutrinários, posteriores ao *Ego e o id*, como “A negação”, os ensaios sobre ‘Neurose e psicose’, [...], podem contar-se igualmente entre os subsídios de uma ciência ficcional rigorosa do Homem Psicanalítico. (HERRMANN, 2006, p. 63, grifo nosso).

Herrmann aposta na sobrevivência da Psicanálise desde que ela permaneça no lugar de intérprete da psique do real e ocupe esse espaço coerentemente, aceitando as limitações do seu método, ou seja, o impossível de uma teoria geral do inconsciente. Também é preciso que aceite como objeto de trabalho “os campos, regiões psíquicas cuja lógica emocional o processo de ruptura permite compreender” (HERRMANN, 2006, p. 66).

Isso é o que é possível fazer, pois, como Herrmann, Pinto também afirma:

Por este motivo, a descrição do próprio método psicanalítico terá sempre a marca do impossível e o seu resultado, a marca do contingente. Dito de outro modo, somos castrados em relação à possibilidade de descrição plena do método como a Academia certamente gostaria, pois não contamos com o saber para dar conta da verdade. E a Academia bem que poderia aprender um pouco com a Psicanálise [...]. (PINTO, 2001, p. 83).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos um tema atual e de necessária reflexão, evocada ao saber e fazer psicanalíticos, uma vez que temos atestado a expressiva produção fundamentada em seu método em contextos institucionais variados. Essa discussão também se faz importante pois, como verificaram Aiello-Fernandes, Follador e Ambrosio, e Vaisberg, em muitas pesquisas, o referencial psicanalítico “figura como ‘doutrina’, como ‘corpo teórico’ estabelecido e fixo e não, como deveria ser, como método investigativo” (AIELLO-FERNANDES; FOLLADOR E AMBROSIO; VAISBERG, 2012, p. 310).

Assim como essas autoras, pensamos que a relação entre a Psicanálise e a universidade precisa ser orientada por seu método sem o apego *a priori* a conhecimentos específicos. Esse seria o caminho para a criação, sem amarras ou comprometimentos a teorias instituídas. Como na clínica, é fundamental colocar o saber instituído em suspensão, para que algo novo surja.

Nosso campo sempre conviverá com as críticas ao seu método e objeto. Importa, diante das mesmas, mantermos uma postura de diálogo e não reagirmos de forma polarizada, ora nos colocando como um saber intangível, hermético, que se coloca acima do bem ou do mal, justificando que os que criticam a Psicanálise são assim porque resistem a ela; ora nos adequando aos critérios da filosofia científica, apresentando meios extraclínicos, experimentais ou não, para comprovar sua validade.

Como afirma Birman (2017)³, o momento vivido pela Psicanálise exige o escutar as críticas de maneira sensível e reconhecer que ela está inserida nesse mundo e, por fazer parte do mesmo, precisa dar respostas, prestar contas às interpelações que lhes são feitas, numa tentativa de produzir uma cultura do argumento renovado por seu saber.

Recebido em: 16 de abril de 2019. **Aprovado em:** 8 de setembro de 2020.

REFERÊNCIAS

- AIELLO-FERNANDES, R.; FOLLADOR E AMBROSIO, F.; VAISBERG, T. M. J. A. O método psicanalítico como abordagem qualitativa: considerações preliminares. In.: TARDIVO, L. S. de La P.; VAISBERG, T. M. J. A. (orgs.). *X Jornada Apoiar- O Laboratório de Saúde Mental e Psicologia Clínica Social - 20 anos: o percurso e o futuro.* Anais... 2012, 23 de novembro. São Paulo: Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, 2012, p. 306-314. Disponível em: <http://serefazer.psc.br/wp-content/uploads/2013/09/aiello-fernandes-ambrosio-e-aiello-vaisberg-APOIAR-2012.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2020.
- BEER, P. *Psicanálise e ciência: um debate necessário.* São Paulo: Blucher, 2017.
- BIRMAN, Joel. *Narciso no Espelho do Século XXI: diálogos entre a Psicanálise, as ciências sociais e a comunicação* [entrevista online]. 27 de maio de 2017. Disponível em: <https://www.narciso21.com/joel-birman>. Acesso em: 20 dez. 2018.
- BREUER, J.; FREUD, S. *Estudos sobre a histeria* (1895). Rio de Janeiro: Imago, 1974. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 2)
- DUNKER, C. A controvérsia do método. In.: *Estrutura e constituição da clínica psicanalítica: uma arqueologia das práticas de cura, psicoterapia e tratamento.* São Paulo: Annablume, 2011b, p.

311-325.

- DUNKER, C. A meditação de Descartes. In.: DUNKER, C. *Estrutura e constituição da clínica psicanalítica: uma arqueologia das práticas de cura, psicoterapia e tratamento*. São Paulo: Annablume, 2011a, p. 285-309.
- DUNKER, C. *Psicanálise é Ciência? Definindo os conceitos* [mini-série]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CoP4rUheVyU&t=8s>. Publicado em: 5 jul. 2017.
- FREUD, S. *Dois verbetes de enciclopédia* (1923). Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 18)
- FREUD, S. *Fundamentos da Clínica Psicanalítica* (1912). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017a. (Recomendações ao médico para o tratamento psicanalítico, 6)
- FREUD, S. *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)* (1933). São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Novas Conferências Introdutórias à Psicanálise, 35 - Acerca de uma visão de mundo)
- FREUD, S. *Pulsão e seus destinos* (1915). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017b. (Obras incompletas de Sigmund Freud)
- FULGÊNCIO, L. Metodologia de pesquisa em psicanálise na universidade. In: SERRALHA, C. A.; SCORSOLINI-COMIN, F. (orgs.). *Psicanálise e universidade: um encontro na pesquisa*. Curitiba: CRV, 2013.
- GUERRA, A. M. C. Psicanálise e produção científica. In: NETO, F. K.; MOREIRA, J. O. (orgs.). *Pesquisa em Psicanálise: transmissão na universidade*. Barbacena: EdUEMG, 2010.
- HERRMANN, F. *Introdução à Teoria dos Campos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.
- HERRMANN, F. O método da psicanálise. In: HERRMANN, F. *O que é psicanálise: para iniciantes ou não...* São Paulo: Brasiliense, 2015.
- HERRMANN, F. Prefácio. In: MINERBO, M. *Estratégias de investigação em Psicanálise: desconstrução e reconstrução de conhecimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.
- HERRMANN, F. Psicanálise, ciência e ficção. *Jornal de Psicanálise*, v. 39, n. 70, 2006, p. 55-79. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352006000100004. Acesso em: 12 ago. 2018.
- LACAN, J. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise (1953). In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- MINERBO, M. *Estratégias de investigação em Psicanálise: desconstrução e reconstrução de conhecimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.
- PARAVIDINI, J. L. L. Constituição do campo da pesquisa em Psicanálise na universidade: a clínica e o método de investigação. In.: ROMERA, Maria Lucia Castilho (coord.); PARAVIDINI João Luiz Leitão; BARONE, Leda Maria Codeço; HERRMANN, Leda; MIRANDA, Marina Ramalho (orgs.). *Psicanálise em Perspectiva: marcas e traços na universidade*. Uberlândia: EDUFU, 2016, p. 55-74.
- PINTO, J. M. A instituição acadêmica e a legitimação da vocação científica da psicanálise. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 12, n. 3, p. 00, 1999. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-79721999000300009>. Acesso em: 05 jul. 2018.
- PINTO, J. M. Resistência do texto: o método psicanalítico entre a literalização e a contingência. *Ágora*, v. IV, n. 1, p. 77-84, jan/jun 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-14982001000100005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 jul. 2018.
- PINTO, J. M. Uma política de pesquisa para a psicanálise. *CliniCAPS*, n. 7, 2009. Disponível em: http://www.clinicaps.com.br/clinicaps_pdf/Rev_07/Revista%207%20art%202.pdf. Acesso em: 07 jul. 2018.
- SILVA, T. F. O paradigma científico: entre construções e rupturas. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 16, n. 180, maio 2016, p. 122-134. Disponível em: <https://doaj.org/article/e81ae4019cba433093bb7cf2b44a5ed2>. Acesso em: 30 ago. 2018.

Rita de Cássia Cardoso da Silva Mendes

rita_silva_mendes@yahoo.com.br

João Luiz Leitão Paravidini

jlparavidini@gmail.com